



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Norte

Concurso Público para Provimento de Cargos de Professor da Carreira do Magistério de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Quadro Permanente de Pessoal do IFRN.

EDITAL Nº 01/2025

EBTT CONCURSO PÚBLICO
PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO
TÉCNICO E TECNOLÓGICO



FUNDAÇÃO DE APOIO AO IFRN

CADERNO DE PROVAS

EBTT – P19

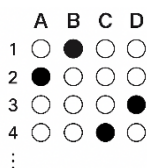
POLÍTICAS E GESTÃO ESCOLAR

Edital Nº. 01/2025 – REITORIA/IFRN

Data: ___/___/___

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- ☐ Use apenas caneta esferográfica de tinta na cor preta e fabricada em material transparente.
- ☐ Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- ☐ A prova terá duração máxima de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher as **Folhas de Respostas**.
- ☐ O tempo mínimo de permanência na sala de provas é de 1 (uma) hora.
- ☐ Antes de retirar-se **definitivamente** da sala, entregue as **Folhas de Respostas** e o **Caderno de Provas** ao fiscal.
- ☐ Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 30 (trinta) questões Objetivas e 01 (uma) questão Discursiva.
- ☐ Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao fiscal, para que seja efetuada de imediato a troca do Caderno.
- ☐ Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da opção escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- ☐ Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- ☐ Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos fiscais.
- ☐ O preenchimento das **Folhas de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- ☐ A quantidade de questões e respectivas pontuações deste Caderno de Provas estão apresentadas a seguir:

<i>Provas</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Objetiva de Legislação do Serviço Público Federal	05 questões	70 pontos
Objetiva de Conhecimentos Específicos	25 questões	
Discursiva	01 questão	30 pontos
PONTUAÇÃO TOTAL		100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

PROVA DE LEGISLAÇÃO – QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA

1. Constitui forma de provimento de cargo público, de acordo com a Lei nº 8112/90, a
 - A) recondução, que consiste no retorno do servidor ao cargo de origem, quando invalidada sua demissão por decisão administrativa ou judicial.
 - B) reversão, que consiste no retorno à atividade de servidor aposentado, no mesmo cargo ou cargo resultante de sua transformação.
 - C) readaptação, que consiste no retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria.
 - D) reintegração, que consiste na investidura de servidor em cargo de menor complexidade, quando inabilitado em estágio probatório de cargo efetivo originalmente provido.

2. Dentre as hipóteses de afastamento do servidor, a Lei nº 8112/90 prevê a concessão para atividade política e a licença para tratar de assuntos particulares. Sobre tais atos administrativos, é correto afirmar que
 - A) o primeiro é ato discricionário e revogável, enquanto o segundo é ato vinculado e irrevogável.
 - B) ambos são atos discricionários e revogáveis.
 - C) o primeiro é ato vinculado e irrevogável, enquanto o segundo é ato discricionário e revogável.
 - D) ambos são atos vinculados e irrevogáveis.

3. Segundo a Lei nº 8027/90, a conduta do servidor de se ausentar da repartição, durante o expediente, sem prévia autorização da chefia imediata, enseja a aplicação de pena de
 - A) advertência.
 - B) multa.
 - C) demissão.
 - D) suspensão.

4. O Decreto nº 1171/94 aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Segundo esse decreto, é dever do servidor público
 - A) contribuir para a previdência social com a alíquota definida em decreto, tendo em vista garantir a futura aposentadoria.
 - B) declarar, anualmente, os bens e fontes de renda que estejam em nome do servidor público, excluindo os de seu cônjuge e dependentes.
 - C) participar de cursos de capacitação e ações de desenvolvimento oferecidos pela administração pública, visando aprimorar suas habilidades e conhecimentos
 - D) comunicar, imediatamente, aos seus superiores, todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público ou que possa comprometer o serviço.

5. De acordo com a Lei nº 12772/2012, que trata da carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), a progressão funcional será concedida em conformidade com
 - A) a obtenção de títulos acadêmicos em conjunto com a participação em cursos de aperfeiçoamento e em projetos de pesquisa e extensão.
 - B) a convergência de interstício de tempo na classe e a aprovação em avaliação de desempenho individual.
 - C) a avaliação unilateral da chefia imediata, baseada em critérios de reconhecimento do trabalho do servidor.
 - D) o tempo de efetivo exercício na classe atual, com mínimo de 36 meses, independentemente, de avaliação da chefia imediata.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA

6. Análises sobre a formação do grande mercado da educação explicitam uma reestruturação sistêmica guiada por mecanismos de governança transnacional. Nesse cenário, uma das estratégias adotadas, que se mostram estruturantes para esse mercado educacional, é
- A) o fortalecimento da educação pública gratuita e de qualidade socialmente referenciada, por meio da expansão de parcerias público-privadas na educação, com a terceirização de serviços educacionais essenciais, visando garantir o acesso universal e a equidade de oportunidades.
 - B) a naturalização de lógicas empresariais no campo educacional, com a adoção de sistemas de gestão por resultados, métricas de desempenho padronizadas e a crescente influência de atores corporativos na definição de políticas educacionais.
 - C) a centralidade de organismos internacionais na formulação de diretrizes educacionais e na harmonização de sistemas de avaliação em escala global, buscando assegurar padrões de qualidade e evitar práticas abusivas do mercado educacional.
 - D) o investimento em programas públicos de apoio aos estudantes de baixa renda, como bolsas de estudo e auxílios, para garantir permanência e sucesso no sistema educacional público, mas a precarização das condições de trabalho docente, por meio da flexibilização de contratos.
7. Na tensão entre as reformas neoliberais e a defesa de uma educação laica, pública e de qualidade socialmente referenciada, a instância primariamente responsável pela mobilização social em prol de transformações estruturais na educação é a
- A) articulação organizada da sociedade civil, incluindo movimentos, entidades e trabalhadores da educação.
 - B) influência determinante do setor privado, através do financiamento de projetos específicos.
 - C) convergência de indivíduos motivados pela defesa das demandas gerenciais do cotidiano escolar.
 - D) atuação exclusiva de órgãos governamentais, mediante a implementação de políticas públicas reformistas.
8. A Reforma do Estado Brasileiro, a partir da década de 1990, reordenou a Gestão da Educação. Destaca-se, entre as causas mais importantes para as reformas educacionais nesse período, a
- A) descentralização, como medida para promover a democratização e a introdução do gerencialismo na educação pública.
 - B) necessidade de modernizar o sistema educacional para acompanhar os avanços tecnológicos globais e o aumento da eficiência do sistema educativo.
 - C) crescente demanda da população por um ensino de maior qualidade e mais oportunidades de acesso à educação em todos os níveis.
 - D) busca por maior autonomia pedagógica e administrativa das escolas e a descentralização da gestão do sistema educacional.

9. A aplicação de estratégias gerencialistas no planejamento público estatal que melhor exemplifica a consolidação de uma nova escola marcada por princípios neoliberais é
- A) a implementação de auditorias financeiras democráticas e a transparência na alocação de recursos para as escolas públicas, visando a otimização do gasto público e a prevenção de desvios, sob controle estrito de órgãos centrais do estado.
 - B) o estabelecimento de metas de aprendizagem flexíveis e a aplicação de avaliações padronizadas em larga escala para todos os estudantes, com a utilização dos resultados para o desenvolvimento de políticas educacionais mais equitativas e a correção de desigualdades.
 - C) o desenvolvimento de planos educacionais plurianuais com ampla participação da comunidade escolar e da sociedade civil, definindo prioridades pedagógicas e administrativas com foco na formação integral e no desenvolvimento de cidadãos críticos e participativos.
 - D) a introdução de mecanismos de responsabilização baseados em indicadores de desempenho para as escolas e seus gestores, atrelados a incentivos financeiros e à autonomia na gestão pedagógica e administrativa, fomentando uma lógica de competição e de resposta às demandas dos usuários.
10. A Emenda Constitucional nº 108/2020 estabeleceu novas diretrizes para o financiamento da educação básica no Brasil. A principal inovação dessa reforma foi
- A) o aumento progressivo dos percentuais de complementação da União ao FUNDEB, mantendo os critérios de redistribuição voltados para a equidade regional.
 - B) a redefinição constitucional do conceito de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), com a explicitação das despesas passíveis de serem contabilizadas nos gastos educacionais.
 - C) a criação do Valor Anual por Aluno Resultado (VAAR), mecanismo que condiciona parte da complementação da União ao cumprimento de metas de redução das desigualdades.
 - D) a exclusão definitiva de rubricas como investimentos em pesquisa não vinculada ao ensino, com base no cálculo dos gastos mínimos em educação e no Valor Anual por Aluno Resultado (VAAR).
11. Em contraposição à lógica mercadológica, a execução de políticas de financiamento coaduna-se com as Metas do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 e em defesa da Educação Pública, desde que seja garantida a
- A) adoção de modelos de financiamento baseados na competição entre escolas por recursos, alinhando a alocação de verbas ao desempenho dos alunos em avaliações padronizadas, de forma análoga à competição de mercado entre empresas, com o objetivo de estimular a eficiência e a meritocracia.
 - B) priorização do investimento público como principal fonte de financiamento da educação, assegurando o acesso universal e a qualidade como um direito social fundamental, em vez de depender primariamente de mecanismos de mercado ou de investimento privado com fins lucrativos.
 - C) implementação de parcerias público-privadas no financiamento e gestão educacional, visando a otimização de custos e a aplicação de lógicas de eficiência empresarial na administração das instituições de ensino, com foco na racionalização de recursos e na introdução de práticas gerenciais típicas do setor privado.
 - D) flexibilização das fontes de financiamento, permitindo que as escolas busquem recursos adicionais através de doações privadas e mensalidades complementares, incentivando uma maior autonomia financeira das unidades escolares e a diversificação de receitas, mesmo que isso possa gerar disparidades no acesso à educação.

12. Considerando os desafios do financiamento da educação pública no âmbito do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, a complexa inter-relação entre a Meta 20, o regime de colaboração federativa e as influências de interesses privados sobre os recursos educacionais, é correto afirmar
- A) que, embora a Meta 20 representasse um avanço, a principal barreira identificada residia na falta de mecanismos legais robustos para a vinculação constitucional de recursos, sendo o regime de colaboração e as pressões privadas elementos de menor impacto na sua avaliação.
 - B) que, embora a Meta 20 fosse ambiciosa, mostrou-se plenamente viável devido ao fortalecimento do regime de colaboração e à eficaz blindagem dos recursos públicos contra as investidas do setor privado, aumentando o investimento público em educação em 20% do Produto Interno Bruto.
 - C) que a colaboração federativa, tal como operacionalizada através de mecanismos como o FUNDEB, garantiu a destinação progressiva de recursos para alcançar a Meta 20, sendo as pressões privadas um fator secundário na análise sobre o financiamento e sua distribuição entre os entes.
 - D) que a efetivação da Meta 20 foi significativamente obstaculizada, tanto pelas fragilidades inerentes ao regime de colaboração federativa quanto pela crescente influência de interesses privados na disputa por fundos públicos destinados à educação, tornando a meta uma aspiração distante.
13. Na configuração contemporânea do capitalismo globalizado, a chamada Nova Ordem Educativa consolida-se como apêndice estrutural das demandas do mercado de trabalho flexível. Isso representa uma síntese orgânica entre os princípios toyotistas de produção e as políticas educacionais gerencialistas, engendrando um novo trabalhador. O perfil desse novo trabalhador, que melhor corresponde às exigências dessa racionalidade produtiva, emerge de um mundo do trabalho
- A) caracterizado pela rigidez dos processos produtivos altamente especializados, com carreiras lineares e estáveis, demandando pouca adaptabilidade intelectual e moral por parte dos trabalhadores, mas que exige maior compromisso ético nas relações interpessoais.
 - B) que mantém a ênfase na execução de tarefas repetitivas e padronizadas, com pouca necessidade de comunicação complexa ou autonomia intelectual, mas que agora exige maior compromisso ético com metas de produção pré definidas e alinhadas com o mercado.
 - C) marcado pela flexibilidade dos processos e mercados, onde há uma demanda crescente por trabalhadores com novas competências intelectuais e socioemocionais, em um contexto de constante mudança de competências e habilidades.
 - D) que, apesar da flexibilidade dos mercados, preserva a estabilidade empregatícia e a progressão de carreira baseada na antiguidade, com demandas por proatividade, mas sem alterar fundamentalmente a estrutura hierárquica e as habilidades requeridas.
14. Em face da complexidade da organização federativa brasileira e da atuação do Estado na avaliação e no estabelecimento de padrões de qualidade para a educação básica, a integração da responsabilização entre os diferentes entes federados caracteriza-se principalmente por
- A) constituir-se como processo complexo, subjetivo e polissêmico, com múltiplas interpretações condicionadas aos interesses dos diversos atores educacionais, gerando controvérsias na definição de parâmetros e indicadores.
 - B) fundamentar-se na combinação de indicadores objetivos relativos à infraestrutura, formação docente e resultados de avaliações institucionais, com ênfase na eficiência administrativa e na valorização profissional como eixos estruturantes.
 - C) demandar processos permanentes de pactuação interfederativa para construção consensual de referenciais nacionais de qualidade e respectivos mecanismos de financiamento, reconhecendo a natureza deliberativa dos entes federados.
 - D) implicar diretamente a garantia de financiamento adequado para prover insumos essenciais ao processo educativo - incluindo infraestrutura e qualificação docente - mediante custo aluno-qualidade que assegure padrões mínimos necessários.

15. A garantia de um padrão de qualidade na educação básica brasileira, ancorada no conceito de Custo Aluno-Qualidade - CAQ, enfrenta entraves significativos no financiamento público da educação. Entre outros motivos, isso ocorre
- A) porque a ausência de um CAQ efetivo, a austeridade fiscal e as limitações do Fundeb contribuem para o subfinanciamento e a manutenção de disparidades no sistema educacional brasileiro.
 - B) porque a autonomia de estados e municípios na gestão de recursos torna desnecessária a implementação de um parâmetro nacional como o CAQ para o custo aluno anual.
 - C) porque, apesar do Fundeb e da vinculação de recursos, a definição e aplicação efetiva de um custo aluno anual adequado para a qualidade são desafiadoras e não homogêneas no país.
 - D) porque, embora a legislação mencione o CAQ, o custo aluno anual financiado frequentemente não cobre integralmente as necessidades para um ensino de qualidade, como previsto na Meta 20 do PNE.
16. A crescente influência da Teoria do Capital Humano nas políticas educacionais, em disputa com diferentes projetos de sociedade e de educação, estabelece uma tensão cuja consequência no âmbito estrutural dos sistemas de ensino evidencia-se principalmente na
- A) prevalência de uma lógica economicista que desqualifica a formação geral, reduz custos por meio da flexibilização curricular e da precarização da carreira docente, alinhando-se a um mercado de trabalho instável e demandas imediatistas do setor produtivo.
 - B) garantia de que a formação escolar atende exclusivamente às necessidades do setor produtivo, elevando a empregabilidade e a mobilidade social de forma homogênea, sem conflitos com outros objetivos educacionais.
 - C) resistência hegemônica de movimentos sociais e intelectuais, que conseguem impedir a influência da Teoria do Capital Humano e manter currículos baseados em formação integral, como previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais de 2012.
 - D) redução do financiamento da educação como resultado direto de políticas fiscais austeras, sem qualquer relação com a disputa de projetos educacionais ou a influência da Teoria do Capital Humano, porém moldando os currículos.
17. Considerando a dinâmica participativa estabelecida pelo Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 e o princípio constitucional do regime de colaboração entre os entes federados, assinale a opção que melhor descreve o desafio estrutural para uma política educacional de cunho federativo.
- A) A descentralização das políticas educacionais, embora prevista constitucionalmente, mostrou-se insuficiente para garantir equidade no acesso e na qualidade da educação, exigindo maior coordenação nacional e superação das desigualdades regionais com a efetivação de um regime de colaboração mais eficiente.
 - B) A implementação do regime de colaboração federativa, crucial para financiamento e gestão da educação básica, foi prejudicada pela austeridade fiscal após 2016, que fragilizou as pactuações interfederativas e a complementação de recursos, comprometendo as metas educacionais.
 - C) A autonomia dos entes federados, na definição de políticas educacionais, resultou em fragmentação e falta de coordenação nacional, e a implementação de diretrizes comuns do PNE apesar de bem sucedida, foi insuficiente para reduzir as disparidades educacionais entre estados e municípios.
 - D) A vinculação constitucional de recursos para a educação, como o FUNDEB e a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), garantiu a distribuição de recursos, mas não resolveu os desafios de gestão compartilhada, exigindo mecanismos mais robustos de colaboração interfederativa para assegurar a efetividade das políticas educacionais.

18. Em março de 1990, em Jomtien, na Tailândia, ocorreu importante evento para discutir a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, o acesso à educação e à escola, entre outras problemáticas relacionadas à educação. Um dos compromissos internacionais assumidos nesse evento foi a
- A) Convenção sobre os Direitos da Criança.
 - B) Declaração Mundial em Defesa da Educação Inclusiva.
 - C) Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.
 - D) Declaração Mundial sobre Educação para Todos.
19. Com a aprovação e vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a política educacional brasileira estabeleceu mecanismos relevantes para o fomento e a valorização do magistério público. No âmbito do financiamento da educação nacional, destacam-se
- A) a Lei nº 11.494/1996 para Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF; e a Lei nº 9.424/2007 para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica – FUNDEB.
 - B) a Lei nº 9.424/1996 para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - FUNDEF; e a Lei nº 11.494/2007 para Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica - FUNDEB.
 - C) a Lei nº 9.394/1996 para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF; e a Lei nº 11.738/2007 para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica – FUNDEB.
 - D) a Lei nº 2.614/1996 para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF; e a Lei nº 13.005/2007 para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica – FUNDEB.
20. Entre os principais desafios da escola pública brasileira, está a consolidação de uma cultura democrática na educação, conforme os marcos legais da educação e as diretrizes do Projeto Político-Pedagógico. Isso inclui mecanismos de participação, currículo, avaliação institucional e da aprendizagem. Considerando essa perspectiva democrática e universal, a gestão e a comunidade escolar adotam um regime
- A) de responsabilização dos entes federados, eficiência e eficácia na tomada de decisões, por meio da efetividade dos que integram as comunidades escolar e local, além de planejamento, práticas pedagógicas e avaliação institucional e escolar participativas, com ênfase na qualidade social da educação.
 - B) de colaboração entre os entes federados, participação ativa na tomada de decisões, por meio da corresponsabilidade dos que integram as comunidades escolar e local, além de planejamento, práticas pedagógicas e avaliação institucional e escolar participativas, com ênfase na qualidade social da educação.
 - C) de autonomia dos entes federados, proatividade e competência na tomada de decisões democráticas, por parte dos que integram as comunidades escolar e local, além de planejamento, práticas pedagógicas e avaliação institucional e escolar participativas, com ênfase na qualidade social da educação.
 - D) de co-responsabilização dos entes federados, participação ativa na tomada de decisões, dos que integram as comunidades escolar e local, mediada pelos especialistas em educação, além de planejamento, práticas pedagógicas e avaliação institucional e escolar participativas, com ênfase na qualidade social da educação.

21. A gestão democrática na educação básica, amparada pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), representa uma conquista social e é reflexo do processo de redemocratização iniciado nos anos de 1980. No ambiente escolar, essa perspectiva deve promover e fortalecer o desenvolvimento da autonomia e da participação
- A) cujas expressões e iniciativas podem ser implementadas por meio da eleição e indicação dos gestores; da construção cooperativa do projeto político-pedagógico; dos processos de avaliação formativa; da composição dos Conselhos Escolar e de Classe; e da valorização e fortalecimento do Grêmio Estudantil.
 - B) dos profissionais, estudantes e de segmentos representativos na escola, das empresas e dos sindicatos, cujas expressões e iniciativas podem ser implementadas por meio da indicação dos gestores; da construção coletiva do projeto político-pedagógico; dos processos de avaliação em larga escala; da composição dos Conselhos Escolar e de Classe; e da possível valorização e fortalecimento de espaços e de grupos coletivos, como o Grêmio Estudantil.
 - C) dos profissionais, estudantes e de segmentos representativos na escola, da comunidade local, cujas expressões e iniciativas podem ser implementadas por meio da eleição dos gestores; da construção coletiva do projeto político-pedagógico; dos processos de avaliação participativa; da composição e do pleno funcionamento dos Conselhos Escolar e de Classe; e da valorização e fortalecimento de espaços e de grupos coletivos, como o Grêmio Estudantil.
 - D) cujas expressões e iniciativas podem ser implementadas por meio da eleição dos gestores; da construção coletiva do projeto político-pedagógico; dos processos de avaliação orientada para resultados; da composição dos Conselhos Escolar e de Classe; e da valorização do Grêmio Estudantil.
22. Desde a década de 1990, diversos países, com diferentes orientações político-ideológicas, têm implementado ou incentivado a criação de sistemas de avaliação e indicadores com o objetivo de realizar comparações em larga escala, tanto nacional quanto internacionalmente. Exemplos no Brasil incluem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Sob uma perspectiva crítica, geralmente as avaliações, os testes e os exames são ancorados na lógica do
- A) Estado-Avaliador, sob as orientações e os fundamentos do PISA e da OCDE, comprometidos com a padronização, a competitividade e o ranqueamento da educação, buscando compreender as diferentes necessidades, realidades e especificidades dos sistemas de ensino de cada país, para implantar e subsidiar a qualidade social da educação.
 - B) Estado-Regulador, sob as orientações e os fundamentos do PISA e da OCDE, comprometidos com a qualidade, a competitividade e o ranqueamento da educação, e que, mesmo sem garantir o respeito às diferentes necessidades, realidades e especificidades dos sistemas de ensino de cada país, buscam encontrar padrões da qualidade social para a educação.
 - C) Estado-Avaliador, sob as orientações e os fundamentos do PISA e da OCDE, comprometidos com a padronização, a competitividade e o ranqueamento da educação, sem a devida atenção às diferentes necessidades, realidades e especificidades dos sistemas de ensino de cada país, cujo foco resulta na lógica da qualidade total da educação.
 - D) Estado-Regulador, sob as orientações e os fundamentos do PISA e da OCDE, comprometidos com a regulação e com o mapeamento de índices de qualidade atestada, a fim de que os países discutam uma alternativa global para que a educação obtenha padrões de qualidade internacional, observando as suas particularidades nacionais e regionais.

23. No Brasil, apesar dos desafios, observam-se iniciativas contínuas e descontínuas nas políticas, programas, projetos e diretrizes para a educação de jovens e adultos (EJA), principalmente após a redemocratização nos anos 1990 e 2000, período marcado por avanços legais que consolidaram o direito constitucional à educação, as diretrizes curriculares e as bases da educação nacional. Nesse cenário, destacam-se programas importantes para a EJA, como o Brasil Alfabetizado e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM). Na educação profissional e tecnológica, instituiu-se o Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), tendo como princípios fundamentais
- A)** a inclusão da população em suas ofertas educacionais; a inserção orgânica da modalidade de EJA integrada à educação profissional nos sistemas de educação públicos; a ampliação do direito à educação profissional, pela universalização do ensino médio; o trabalho como princípio inclusivo; a pesquisa como fundamento do ensino da EJA; e as condições geracionais, de gênero e das relações étnico-raciais como fundantes da formação da EJA e de como se produz os saberes nessa modalidade.
 - B)** a inclusão do público da EJA em cursos profissionalizantes; a inserção gradual da modalidade de EJA integrada à educação profissional nos sistemas de educação públicos; a ampliação do direito à educação básica, pela universalização do ensino médio; o trabalho como princípio educativo; a pesquisa como fundamento da formação; e as condições geracionais, de gênero e das relações étnico-raciais como fundantes da formação humana e dos modos como se produzem as identidades culturais.
 - C)** a inclusão da população em suas ofertas educacionais; a inserção orgânica da modalidade de EJA integrada à educação profissional nos sistemas de educação públicos; a ampliação do direito à educação básica, pela universalização do ensino médio; o trabalho como princípio educativo; a pesquisa como fundamento da formação; e as condições geracionais, de gênero e das relações étnico-raciais como fundantes da formação humana e dos modos como se produzem as identidades sociais.
 - D)** a inclusão do público da EJA em cursos técnicos; a inserção gradual da modalidade de EJA integrada à educação profissional nos sistemas de educação públicos; a ampliação do direito à educação de jovens e adultos, pela universalização do ensino médio; o trabalho como princípio educativo; a pesquisa e a extensão como fundamento da formação; e as condições geracionais, de gênero e das relações étnico-raciais como fundantes da formação humana e dos modos como se produzem as diversidades.

24. Como parte das iniciativas governamentais da política nacional voltada à educação profissional nos anos 2000, a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação, conforme dispõe o seu Art. 1º. Dentre as instituições da Rede Federal, cabe aos Institutos Federais, entre outras obrigações, ofertar
- A) educação profissional técnica de nível médio, na forma de cursos integrados, subsequentes e concomitantes; cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, nas áreas e eixos da educação profissional e tecnológica; realizar pesquisas aplicadas, estendendo os seus benefícios à comunidade; atividades de extensão, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de emprego e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e ministrar cursos em nível de educação superior.
 - B) educação profissional técnica de nível médio, na forma de cursos integrados, subsequentes e concomitantes; cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, nas áreas e eixos da educação profissional e tecnológica; realizar pesquisas aplicadas, estendendo os seus benefícios à comunidade; atividades de extensão, em articulação com o mercado do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos tecnológicos; estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de emprego e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e ministrar cursos de graduação, exclusivamente com foco tecnológico.
 - C) educação profissional técnica de nível médio, na forma de cursos integrados, subsequentes e regulares; cursos de formação inicial e continuada de pessoas desempregadas, nas áreas e eixos da educação profissional e tecnológica; realizar pesquisas aplicadas, estendendo os seus benefícios à comunidade científica; atividades de extensão, em articulação com o mercado de trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de emprego e renda e à profissionalização do cidadão na sua respectiva região.
 - D) educação profissional técnica de nível médio, na forma de cursos integrados, subsequentes e concomitantes; cursos de qualificação e de aperfeiçoamento para jovens e adultos trabalhadores, nas áreas e eixos da educação profissional e tecnológica; realizar pesquisas acadêmicas, estendendo os seus benefícios à comunidade; atividades de extensão, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de emprego e renda e à emancipação do cidadão.

25. Leia e analise o trecho a seguir, que traz uma crítica à implementação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC tal como foi concebida.

A BNCC é uma proposta curricular obrigatória e imobilizadora que parte do centro do poder para todas as escolas, centralizada na confiança e na capacidade de especialistas tomarem as decisões dos conhecimentos, competências e habilidades que nossos estudantes podem acessar. Decisões que deveriam se fundar nos pilares constitucionais de uma sociedade plural e comprometida com a não discriminação e com os valores sociais do trabalho.

FONTE: CURY, C. R.; REIS, M.; ZANARDI, T. A. C. **Base Nacional Comum Curricular:** dilemas e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2018. p. 71

Para os autores, a implementação da BNCC ancora-se em concepções e reformas

- A) gerenciais, tecnicistas e utilitaristas de educação, até permitindo um currículo escolar mais integrado, mas comprometendo a perspectiva de educação, de ensino e de escola mais democrática, federativa e diferenciada.
- B) regulatórias de educação, com pouca participação da comunidade escolar e autonomia democrática, comprometendo em parte a perspectiva de educação, de ensino e de escola federativa, pública e diferenciada.
- C) democráticas e liberal, onde o Estado Nacional e os Estados subnacionais vão repassando às famílias o dever constitucional e federativo de se garantir o direito à educação, ao ensino e o acesso à escola.
- D) mercantis, tecnicistas e utilitaristas de educação e do próprio currículo escolar, comprometendo, entre outros aspectos, a perspectiva de educação, de ensino e de escola mais democrática, federativa e diferenciada.

26. Leia o texto a seguir:

Estudos da área da educação e do ensino criticam e enfatizam que a atual reforma do Ensino Médio, que teve a sua gênese na Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, provocou alterações consideráveis na Lei de Diretrizes e Bases - Lei nº 9.394/1996. Para autores como Ferreti (2018), parece que o elemento novo é identificado na prerrogativa e na afirmação de que os chamados itinerários formativos são inovadores e indispensáveis no percurso da formação escolar, sobretudo quando delega ou orienta os estudantes nas próprias escolhas em relação às possibilidades e opções de inserção no mundo do trabalho. Ainda segundo o autor, esse ponto é uma interrogação, cujo conteúdo da reforma não aprofunda, não esclarece e nem demonstra caminhos concretos para a sua efetivação, senão evidente vinculação aos interesses do mercado financeiro, ou da própria educação.

FONTE: FERRETI, C. J. A reforma do ensino médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos avançados**, 32 (93), 2018

Com base na crítica do autor, infere-se que os itinerários formativos são uma problemática no âmbito da reforma do ensino médio, visto que a ideia de liberdade de escolha por parte dos estudantes encontra limitações nas dificuldades e nos desafios locais, regionais e mesmo estruturais e didático-pedagógicos das escolas e do seu contexto político e socioeconômico. Nesse cenário,

- A) existe notória vinculação dos itinerários formativos aos interesses do chamado mercado de trabalho ou financeiro, não exigindo escolhas e percursos escolares mais amplos, mais integrados e sólidos no processo de formação do ensino médio.
- B) os itinerários formativos são uma alternativa inovadora da reforma, para que o Ensino Médio cumpra a sua função de integrar os conhecimentos e saberes necessários à inserção no mundo do trabalho, desde que aprofundados.
- C) os itinerários formativos colaboram para a mudança no contexto dos estudantes, visto que a reforma do Ensino Médio permite mais flexibilidade no percurso formativo, abre horizontes para a integração com o mundo do trabalho.
- D) cabe à comunidade escolar a mobilização e articulação junto às redes de ensino, para estabelecer as condições necessárias para a implementação e incremento da reforma, de tal modo a garantir o cumprimento do percurso formativo dos estudantes.

27. Considerando a formação docente como um processo contínuo, conforme norteiam as diretrizes do Projeto Político-Pedagógico do IFRN e dispõe a legislação educacional brasileira, especialmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), analise as afirmativas a seguir e assinale a opção correta.
- A) As Universidades e os Institutos Federais constituem-se como as instituições formais da formação inicial e continuada, mas outras instituições, como as escolas, e outros espaços não formais, também podem ser destinados para a formação em serviço.
 - B) As Universidades constituem-se, com exclusividade, como as instituições formais para a oferta da formação inicial e continuada de professores, cabendo aos Institutos Federais e às escolas, a oferta da formação em serviço.
 - C) As Instituições de Educação Superior, incluindo os Institutos Federais e as escolas estaduais e municipais, constituem-se como aquelas que podem ofertar a formação inicial e continuada e em serviço.
 - D) As Instituições de Educação Superior, incluindo os Institutos Federais, constituem-se como instituições formais para a oferta da formação inicial e continuada, e as escolas como espaços exclusivos para a formação em serviço.

28. Considere o texto a seguir.

Os anos de 1990 foram marcados por reformas educacionais ancoradas nas induções de políticas neoliberais, ao mesmo tempo em que o regime democrático trouxe perspectivas mais amplas e participativas para a organização e gestão da educação. Pesquisa coordenada por Paro (2015), mostra que quando se analisa a interferência e influência da iniciativa privada na escola pública, em particular no que se refere à figura, ao papel e atuação do diretor, geralmente predomina a ideia de que o seu trabalho se restringe ao “[...] mero preposto do Estado na escola, trabalhando para o cumprimento da lei e da ordem ou da vontade do governo no poder”

PARO, V. H. **Diretor escolar**: educador ou gerente? São Paulo: Cortez, 2015.

Conforme explicita o autor, numa perspectiva democrática, a direção escolar, em contraponto à lógica gerencial, deve superar a visão de que a gestão da escola é

- A) exclusivamente uma atividade burocrática e gerencial, sempre mais preocupada com as demandas administrativas, sem considerar o caráter político da administração, visto que a sua atuação na escola está também associada ao processo de realização do ensino, o que inclui não apenas as atividades-meio, mas também as atividades-fim, particularmente na relação educador-educando, já que o pedagógico também faz parte da gestão escolar.
- B) prioritariamente atividade burocrática e gerencial, preocupada com as demandas administrativas, sem considerar o caráter pedagógico da administração, visto que a sua atuação na escola está diretamente associada ao processo de realização do ensino, por meio da sua atuação e mediação com a coordenação e supervisão pedagógicas, na relação educador-educando.
- C) uma atividade burocrática e gerencial, preocupada exclusivamente com as demandas administrativas, sem considerar o caráter mediador da administração, visto que a sua atuação na escola está diretamente associado ao processo de realização do ensino, o que inclui não apenas as atividades-meio, mas também as atividades-fim, particularmente na relação educador-educando, já que é o pedagógico que dá sentido à gestão escolar.
- D) uma atividade sem dimensões burocráticas e gerenciais, já que a escola democrática deve priorizar as demandas administrativas relacionadas às pessoas, no que é próprio para a realização do ensino, o que inclui não apenas as atividades-meio, mas também as atividades-fim, na relação diretor-educador-educando, como parte da gestão escolar.

29. Na perspectiva do Plano Nacional de Educação e do Sistema Nacional de Educação, é necessário garantir as condições para que as políticas educacionais sejam concebidas e implementadas de maneira articulada entre os sistemas de ensino. A fim de promover, entre outras iniciativas, a formação integral, incluindo-se as temáticas de desenvolvimento socioambiental e sustentável, direitos humanos e diversidades, tem-se como pressuposto a garantia da
- A) universalização do Ensino Fundamental e Médio, e da Educação de Jovens e Adultos; a qualidade e a consolidação da graduação e da pós-graduação; qualidade da pesquisa científica tecnológica; da educação inclusiva, com reconhecimento e valorização da diversidade; e do atendimento gradual da escola integral.
 - B) universalização, da expansão e da democratização do ensino Fundamental e Médio, e do acesso à educação superior, em nível de graduação; da consolidação da pesquisa científica e tecnológica; da educação inclusiva, com reconhecimento e valorização da diversidade; e do atendimento em escola de tempo integral.
 - C) universalização do Ensino Fundamental, do Ensino Médio, e da Educação Profissional; da consolidação da graduação, pós-graduação e da pesquisa científica e tecnológica; da educação inclusiva, com reconhecimento e valorização da diversidade; e do atendimento em escola integral e de tempo integral.
 - D) universalização da expansão e da democratização, com qualidade, da educação básica e superior; da consolidação da graduação, pós-graduação e da pesquisa científica e tecnológica; da educação inclusiva, com reconhecimento e valorização da diversidade; e do atendimento em escola integral e de tempo integral.
30. De acordo com o Art. 211, § 1º da Constituição Federal de 1988, a União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiando as instituições de ensino públicas federais e exercendo, em matéria educacional, a função redistributiva e supletiva. Essa função corresponde a
- A) equalizar a concentração de recursos em determinados entes, em sobreposição de outros, evitar a insuficiência de atuação de determinada rede de ensino.
 - B) corrigir a concentração de recursos em determinados entes, em detrimento de outros, e monitorar a insuficiência de atuação de determinada rede de ensino.
 - C) alocar a concentração de recursos em determinados entes, em ineficiência de outros, e sanar a insuficiência de atuação de determinada rede de ensino.
 - D) evitar a concentração de recursos em determinados entes, em detrimento de outros, e suprir a insuficiência de atuação de determinada rede de ensino.

PROVA DISCURSIVA – QUESTÃO ÚNICA

Leia o excerto a seguir.

Em seu Projeto Político-Pedagógico (PPP), o IFRN

assume a necessidade de implementar um processo educativo que desvele práticas mediadoras e emancipatórias, capazes de contemplar, em consonância com o rigor científico e com a omnilateralidade humana, as dimensões culturais, linguísticas, artísticas, sociais, técnicas e tecnológicas. A educação, assim entendida, só é possível se “[...] esforçar-se no sentido da desocultação da realidade. Desocultação na qual o homem existencialize sua real vocação: a de transformar a realidade”. (FREIRE, *apud*, IFRN, 2012, p. 48).

Esse posicionamento fundamenta-se tanto nos princípios e nas diretrizes orientadores da prática pedagógica quanto nas concepções de ser humano, de sociedade, de cultura, de ciência, de tecnologia, de trabalho e de educação assumidas pelo IFRN e explicitadas em seu PPP (IFRN, 2012, p. 33-48).

PROPOSTA DE PRODUÇÃO TEXTUAL

Considerando a relevância da discussão sobre currículo integrado no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica brasileira, escreva um **texto argumentativo** em que seja apresentado um ponto de vista sobre **a relação entre a formação humana integral fundamentada na omnilateralidade/politecnia e o posicionamento institucional exposto no PPP do IFRN.**

ORIENTAÇÕES ÀS PESSOAS CANDIDATAS

Sua produção textual deverá atender aos seguintes critérios:

- ser redigida no espaço destinado à versão definitiva na Folha de Resposta;
- ser redigida na norma-padrão (linguagem culta) da língua portuguesa escrita;
- ser redigida em prosa (e não em verso);
- conter, no mínimo, 20 (vinte) e, no máximo, 30 (trinta) linhas; e
- não estar assinada (nem mesmo com pseudônimo).

ATENÇÃO!

Será atribuída **NOTA ZERO** à produção textual em **qualquer UM** dos seguintes casos:

- se o espaço destinado ao texto definitivo na Folha de Resposta estiver em branco;
- se for redigida fora do espaço destinado ao texto definitivo na Folha de Resposta;
- se for redigida de forma ilegível;
- se não for redigida com caneta esferográfica de tinta na cor preta;
- se contiver quantidade mínima inferior a 20 (vinte) linhas;
- se fugir ao tema central ou à proposta da questão; e
- se contiver identificação da pessoa candidata fora do espaço reservado para esse fim.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	